

Proteção social

Município vencedor:

Ouvidor (GO)

População:

7.200 habitantes

(IBGE, 2022)

Características Gerais:

Município localizado próximo ao estado de Minas Gerais, do polo de mineração de sua região, que tem Catalão (GO) como aglomerado urbano de referência local. O início da atividade mineradora no município data da década de 1970¹⁰ e se destaca pela extração de minérios de fosfato e nióbio¹¹.

Gestão municipal em 2023
Prefeito e Vice - Partidos

Gestão 2021 - 2024:

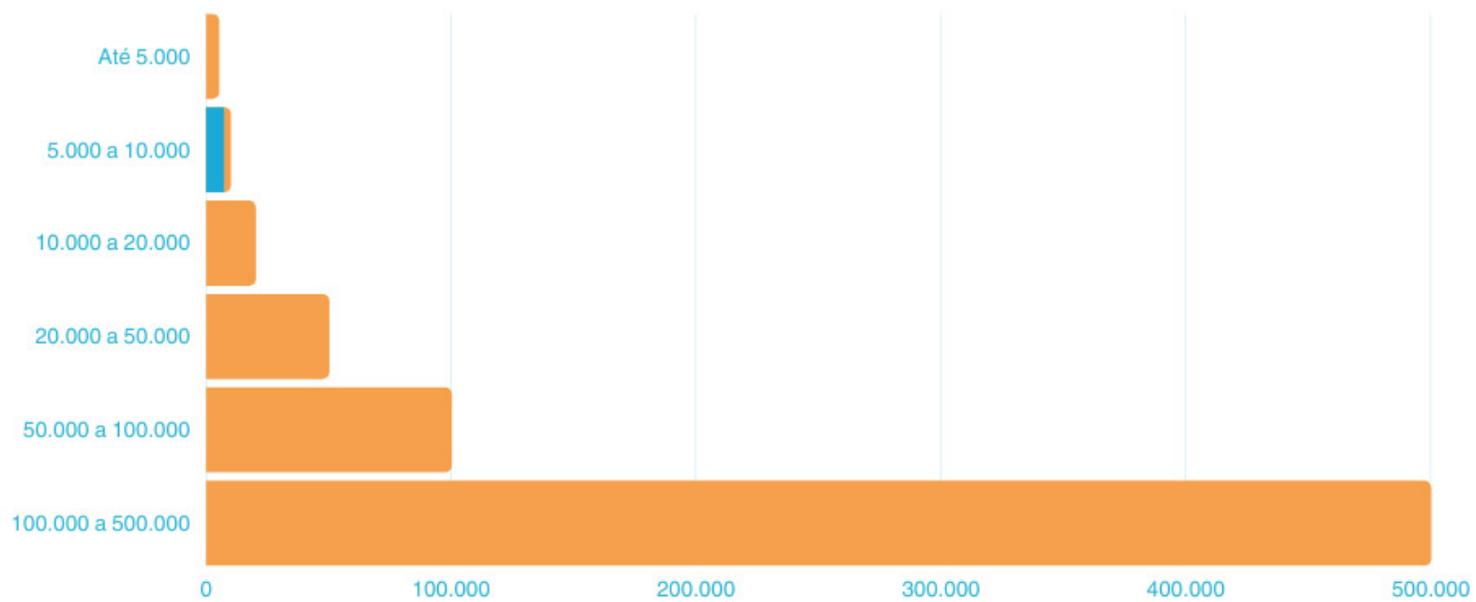
Prefeita **Cebinha Nascimento** (MDB)

Vice-prefeita **Nelci Cândido** (MDB)

Municípios
finalistas:

Proteção social

Ouvidor (GO)
Passa Tempo (MG)
São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)



● Nº de habitantes - Ouvidor (GO)

A proteção social é definida pela Política Nacional de Assistência Social como a estrutura de oferta de serviços, programas, projetos e benefícios que visam assegurar condições de sobrevivência, acolhida, convivência familiar e comunitária, autonomia e acesso a direitos. Na construção da política em todos os seus níveis, a proteção social tem por objetivo auxiliar os cidadãos na busca da autonomia na provisão de suas necessidades, na garantia à vida, à redução de danos e na prevenção da incidência de riscos.

Na configuração sustentada pela Constituição Federal de 1988, a Assistência Social é um elemento da seguridade social e é uma política pública estruturada em um sistema descentralizado, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – onde União, Estados e Municípios partilham responsabilidades e competências. Nessa estrutura, o papel dos municípios ganha especial destaque, pois são o ente federativo que têm a prerrogativa da garantia do acesso à rede de proteção social e aos serviços socioassistenciais no território, uma vez que são a esfera de governo mais próxima da população.

Os municípios possuem tanto responsabilidade e autonomia para realizar, localmente, a organização da rede socioassistencial, a implementação dos serviços e a execução de programas e benefícios, além de garantir condições para a participação e o controle social da política pública.

As estruturas e serviços disponíveis podem variar de acordo com as circunstâncias locais, como o porte do município e a disponibilidade de recursos para instalação de serviços especializados, porém há responsabilidades gerais e desafios comuns enfrentados pelos municípios na efetivação das políticas de proteção social.

São algumas das principais responsabilidades da gestão municipal na proteção social:

- **Identificar e atender às necessidades locais**, uma vez que as administrações municipais possuem um conhecimento aprofundado das demandas e necessidades específicas da sua população. A partir de informações geradas pela implementação das políticas e oferta de serviços e com o uso de diagnósticos locais, a gestão municipal pode identificar os grupos e indivíduos mais vulneráveis e desenvolver ações direcionadas para atender suas necessidades.
- **Implementar programas e serviços da rede socioassistencial**, como a gestão dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e a oferta de serviços atendendo os públicos prioritários da política, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e outras populações em situação de vulnerabilidade. São os municípios que garantem a infraestrutura necessária e a qualificação dos profissionais envolvidos para fornecer esses serviços de forma adequada. Essa implementação pode ser totalmente executada pelo poder público ou pode também contar com o apoio de Organizações da Sociedade Civil, por meio de edital de chamamento público e celebração de parcerias com OSCs.
- **Articular outros entes federativos e órgãos públicos**, como as secretarias dos governos estaduais e os ministérios no âmbito federal, bem como com atores locais, como organizações da sociedade civil e o setor privado. Essa articulação é fundamental para a captação de recursos, a troca de experiências, a elaboração conjunta de políticas e a construção de parcerias estratégicas que fortaleçam a proteção social no município
- **Monitorar e avaliar a política de proteção social**, por meio do acompanhamento de indicadores, da análise da efetividade das ações e a identificação de eventuais ajustes necessários. O monitoramento e a avaliação permitem que a gestão municipal tome decisões informadas e com intencionalidade
- **Garantir a participação e o controle social**, que significa envolver a população, os beneficiários diretos e a sociedade civil organizada na formulação, implementação e avaliação das políticas, bem como fortalecer a atuação dos conselhos de políticas públicas, como o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Direitos da Pessoa Idosa (CMI).

No Prêmio Municípios Mineradores 2023, a categoria Proteção Social foi avaliada por critérios que envolveram¹²:

- **a proporção da população em situação de vulnerabilidade econômica;**
- **o esforço da gestão municipal em identificar seus públicos prioritários, com a utilização do Cadastro Único da Assistência Social (CadÚnico); e**
- **dados de infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, como maneira de expressar a situação geral da qualidade de vida em cada local.**

Sendo assim, esta categoria objetiva destacar a gestão que consegue cumprir efetivamente as prerrogativas de atuação local em relação à proteção social, que se articula para identificar e impactar positivamente a realidade dos estratos mais vulneráveis de sua população, de uma maneira que considere as pessoas em situação de pobreza e a extrema pobreza, além de considerar outros aspectos componentes da vulnerabilidade social.

A Proteção Social no município de Ouvidor (GO)

O município de Ouvidor se destacou na categoria de Proteção Social pela evolução nos critérios avaliados no recorte, com especial destaque para o aumento do número de famílias cadastradas no CadÚnico. Os indicadores positivos são reflexos de iniciativas desenvolvidas no âmbito da gestão municipal que refletem a prioridade da proteção social para a administração e que podem servir de referência para outros municípios.

“ Eu acredito que os municípios que tenham potencial minerário têm uma capacidade de investimento um pouco diferente dos municípios que não têm esses recursos. [Os recursos] precisam ser adequadamente distribuídos em todas as áreas, as pastas de atuação no município, mas, especialmente, na promoção do desenvolvimento social das cidades. Criar uma rede de infraestrutura suficiente para o município e, também, uma rede de proteção social

Clelisson Fonseca, Subprocurador do Município

No município, a gestão opera em uma dinâmica em que as secretarias trabalham por meio do diálogo, que é feito de maneira aberta e direta, sendo o pequeno porte do município um facilitador nesse processo. Além disso, o município tem investido na capacitação dos servidores das mais variadas funções, desde aqueles do corpo jurídico aos profissionais que prestam atendimento direto à população. A administração local também valoriza o controle e a participação social, dando destaque para atuação dos conselhos de políticas públicas na área de proteção social e o papel das consultas públicas no planejamento das ações públicas.

“ O sucesso de qualquer administração é o planejamento. E o planejamento público em Ouvidor passa por uma consulta pública. Então, a gente faz as audiências públicas, tanto para elaborar a lei de diretrizes orçamentárias, quanto para elaborar o plano plurianual, que vige por 4 anos. Nós temos conselhos municipais muito atuantes na área de saúde, do meio ambiente, do idoso, da assistência social e da educação.

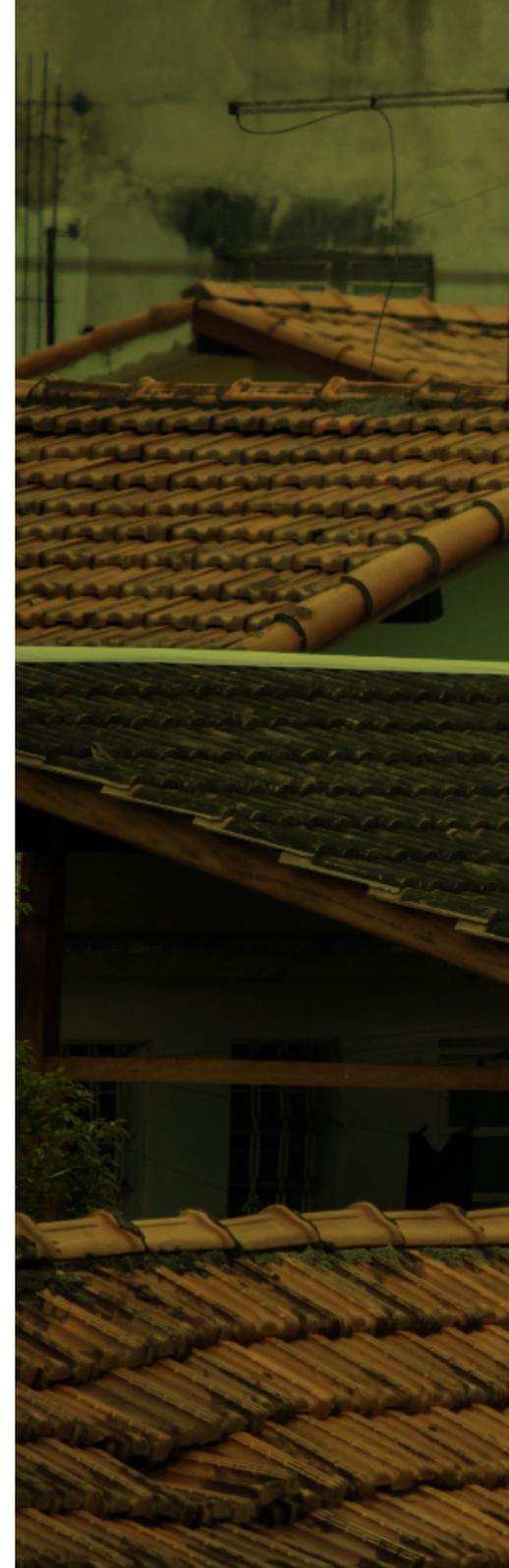
Esses conselhos, integrados por pessoas e segmentos da sociedade, nos auxiliam também nesse planejamento. A partir dessas conversas que temos tanto com o público interno - que são os secretários e profissionais do município - quanto o público externo - sociedade em geral - é que a gente pensa e planeja as políticas públicas. A gente define o que vamos fazer, o que precisamos fazer e como gastar. Esse diálogo acaba dinamizando o investimento e atendendo diretamente uma necessidade que é demandada pelos próprios munícipes. Esse processo democrático é muito importante porque chega ao resultado que a comunidade deseja.

Clelisson Fonseca, Subprocurador do Município

A maneira de consolidar a prioridade da proteção social como área de interesse do município se dá pelo orçamento público, onde a gestão tem alocado recursos diretos para ações nas áreas de assistência social, educação e saúde. Iniciativas de Ouvidor que merecem destaque são algumas políticas de incentivo financiadas com recursos do tesouro municipal: uma bolsa de apoio para estudantes de cursos universitários e técnicos, no valor de R\$ 400,00 (com recursos da Secretaria de Educação); o Cartão Moradia Digna, que atendeu mais de 900 famílias e é voltado para a adequação de habitações com reformas e pequenas construções e; o Cartão Dignidade, que direciona R\$ 120 mensais para a compra de alimentos por famílias em situação de vulnerabilidade (recursos da Secretaria de Assistência Social).

Pelo fato de Ouvidor ser um município minerador, é possível gerar receita para financiar as ações definidas pela administração municipal, em uma gestão que permite o diálogo e a integração entre as secretarias e está aberta para a população e o controle social. O controle das finanças com o investimento em ações que contribuam de maneira efetiva para a melhoria da qualidade de vida da população mais vulnerável torna possível a boa avaliação nos indicadores de Proteção Social.

O município de Ouvidor se destacou na categoria pela evolução nos critérios avaliados no recorte, com especial destaque para o aumento do número de famílias cadastradas no CadÚnico. Os indicadores positivos são reflexos de iniciativas desenvolvidas no âmbito da gestão municipal que refletem a prioridade da proteção social para a administração e que podem servir de referência para outras localidades.





Boas práticas e recomendações de **Proteção Social**

O eixo de Proteção Social do Prêmio Municípios Mineradores busca identificar e valorizar municípios que conseguem impactar positivamente sua população em situação de vulnerabilidade. A seguir, seguem recomendações lastreadas em boas práticas de gestão nacionalmente reconhecidas que podem servir de norte para gestões municipais atingirem um nível de excelência neste eixo.

Como ponto de partida, é importante que os municípios possam trabalhar as diferentes vulnerabilidades identificadas na população como problemas complexos e multidimensionais, cujas respostas envolvem intervenções múltiplas que se complementam: acesso à água encanada e esgoto; combate aos fatores geradores da mortalidade infantil; qualificação e inserção profissional, ampliação do emprego e renda; combate às diferentes formas de discriminação e garantia do acesso a direitos com o papel articulador da proteção social.

Sendo assim, no que diz respeito às questões relacionadas à capacidade de trabalho conjunto entre as diferentes secretarias e atores do município, é fundamental para a gestão municipal:

- 1. Atuar de forma intersetorial** com outras pastas afim à Assistência Social, como a Habitação, Saúde, Educação, Qualificação, Trabalho e Emprego, de maneira a otimizar os recursos e trabalhar de maneira mais efetiva os grandes problemas de interesse comum das pastas.

- 2. Utilizar os espaços de construção intersetorial** como os Conselhos de Pessoas com Deficiência, Idosos e da Criança e do Adolescente para identificar conjuntamente problemas e soluções associados às populações mais vulneráveis do município.
- 3. Fortalecer a atuação dos conselhos e conselheiros municipais de assistência social**, em especial em temas como captação de recursos, parcerias com organizações da sociedade civil e controle social dos conselhos, de forma a avaliar a política municipal de assistência social.
- 4. Implementar laboratórios de inovação** que, quando gestados no âmbito do setor público, podem ser espaços de experimentação para desenvolvimento e implementação de soluções para problemas complexos, através da atuação em parceria dos profissionais da gestão pública com representantes de diferentes perfis, inclusive do setor privado e organizações não-governamentais. A proposta pode ser buscar uma cultura de inovação aberta, almejando a superação de problemas antigos a partir da interação de múltiplas perspectivas sobre as questões em debate e pelo compartilhamento das soluções com atores externos ao setor público, como universidades, startups, grupos de pesquisa e organizações da sociedade civil.

Na Proteção Social, uma atuação estratégica, que promove o uso racional de recursos públicos e focaliza, de fato, na população em maior situação de vulnerabilidade, envolve a compreensão adequada da realidade em que se pretende atuar.

Quando pensamos em ações municipais de proteção social, cabe destacar o papel de diagnósticos capazes de identificar as características da população mais vulnerável do município, para que seja possível o desenvolvimento e aprimoramento de ações específicas para estes públicos.

O CadÚnico, mais do que uma ferramenta para registrar famílias beneficiárias de programas do Governo Federal e acompanhar o cumprimento das condicionalidades (matrícula escolar e vacinação) para pagamento de benefícios, é utilizado de forma estratégica por gestões bem-sucedidas na Proteção Social. O Cad. Único é o principal ponto de partida para diagnóstico da população em situação de vulnerabilidade, bem como das principais violações de direitos presentes no município – tais como a prevalência de trabalho infantil –, além de dados sobre benefícios vinculados ao CadÚnico.

Neste sentido, é importante apontar o CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, ferramenta de consulta aberta a todos e disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Social: <https://cecad.cidadania.gov.br/>.

Sobre o uso do CadÚnico e a realização de diagnósticos, algumas recomendações:

- Aproveitar o potencial da utilização de outras bases de dados já alimentadas em sistemas do Governo Federal pela própria gestão municipal. Experiências bem-sucedidas na elaboração de diagnósticos contínuos das vulnerabilidades do município incluem a utilização de dados do Relatório Mensal de Atendimento (RMA) dos CRAS e CREAS, por exemplo. Os dados dos RMA podem indicar, por exemplo, as principais vulnerabilidades e as violações de direitos presentes no município, possibilitando ainda o recorte territorial, de faixa etária, de gênero e raça da população. Diagnósticos socio territoriais desta natureza possibilitam, por exemplo, a otimização dos recursos financeiros e humanos dentro das ações e atividades na Proteção Social (Básica e Especial) do município, uma vez que permitem focalizar.
- Dispor equipe e realizar o cadastro e atualização cadastral da população em situação de vulnerabilidade, por meio do CadÚnico.

- Importante serem desenvolvidas soluções específicas para populações em situação de maior complexidade / dificuldade de acesso, como comunidades indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, moradores da zona rural distante da sede do município, população em situação de rua.
- Utilizar o CadÚnico como ferramenta de apoio à execução de outras políticas sociais do município, como o cadastramento e acompanhamento de famílias beneficiárias de programas próprios de transferência de renda. Esta é, inclusive, uma prática bastante comum em municípios com atividade mineradora, que decidem direcionar parte dos royalties da mineração (CFEM) para o financiamento de programas próprios de complementação de renda, suplementares aos programas do Governo Federal.
- Realizar ações itinerantes com os profissionais responsáveis pelo cadastro e atualização cadastral de famílias no CadÚnico para territórios de maior vulnerabilidade social e com acesso mais limitado ao(s) CRAS do município, como zona rural e distritos mais afastados, comunidades ribeirinhas e quilombolas.
- Estabelecimento de meta de atualização cadastral das famílias no Cadastro Único, na forma de incentivos aos servidores para que o município mantenha altas taxas de atualização no CadÚnico, evitando que famílias percam o acesso aos benefícios pela desatualização do cadastro. Este ponto em si assume um caráter especialmente importante no ano de 2023, considerando o retorno do Programa Bolsa Família e o acompanhamento mais forte das condicionalidades e atualizações cadastrais, que foram relaxados nos anos anteriores por causa da pandemia de covid-19.

O contexto da mineração favorece os municípios nele inseridos pois permite o acesso à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) na composição de sua receita, o que pode permitir a complementação de recursos em políticas que já possuem financiamento estadual ou federal ou, também, a criação de políticas públicas municipais específicas. Nesse sentido cabem algumas pontuações que podem auxiliar a qualificação a proteção social local:

- Direcionar parte dos recursos provenientes da exploração mineral no município(CFEM) para o financiamento de programas e serviços necessários que não possuem outra fonte de financiamento, ou que possuem cofinanciamento insuficiente por parte do Governo Federal e/ou Estadual.
- Utilização dos dados do CadÚnico e de outras bases para identificar prioridades e possibilitar o direcionamento do orçamento, com foco na estruturação de serviços no território.
- Criar vinculação orçamentária dos programas municipais que lidam com questões sociais de caráter estrutural, como ações de transferência de renda e ligadas ao acesso e qualidade de moradia.
- Adesão aos Programas Federais (bit.ly/Adesao-Programas) e estaduais, como ferramenta de transferência de recurso e auxílio na tipificação dos serviços, além de orientação para organização e funcionamento.

Por fim, no que diz respeito às dinâmicas de funcionamento da Política Municipal de Assistência Social e suas rotinas, cabe destacar a importância de:

- Na insuficiência de quadros de servidores para implementar diretamente programas e serviços da Proteção Social – serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, por exemplo –, realizar editais de chamamento público para firmar termos de parceria com organizações da sociedade civil para a implementação de serviços demandados e que são inexistentes ou insuficientes no município, como, por exemplo: serviços de acolhimento institucional, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.
- Utilização de sistema eletrônico que permita a integração dos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município. Isso pode permitir a utilização de ferramenta de trabalho para os profissionais da assistência social na ponta, ao reunir num único aplicativo todas as informações da família e registrar os seus atendimentos e, também uma ferramenta de diagnóstico e monitoramento da gestão municipal do SUAS.
- Caso o Município frequentemente encontre problemas com longas filas para atendimento nos CRAS, sobretudo para a inclusão/atualização no CadÚnico, é importante adotar algum sistema de agendamento eletrônico (seja por telefone e/ou WhatsApp), de forma a organizar o atendimento e, em última instância, evitar deslocamentos desnecessários e/ou pessoas terem que permanecer horas na fila para garantir o atendimento.



Referências adicionais

A seguir, reunimos algumas sugestões de materiais que podem servir de referência para reflexão e prática da qualificação da gestão municipal de assistência e **proteção social**:

Biblioteca SUAS - Espaço destacado na Rede SUAS (Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social) para compartilhamento de publicações sobre o funcionamento da Política Nacional de Assistência Social, documentos de orientação técnica e marcos legais de referência. Pode ser acessada no QR code ao lado.



Catálogo do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social. A premiação foi criada pelo Ministério do Desenvolvimento Social para dar visibilidade a experiências exitosas no âmbito do Programa Bolsa Família, com foco na melhoria contínua de seus processos de gestão. O Catálogo da Edição Especial do Prêmio, em comemoração aos 10 anos do Programa Bolsa Família pode ser acessado no QR code ao lado.



A mostra de Experiências Vigilância Socioassistencial - Iniciativa da Secretaria Nacional de Assistência Social, também disponível na Rede SUAS, que identifica e dá visibilidade a iniciativas locais na área da vigilância socioassistencial, valoriza o trabalho das equipes técnicas e consolida a implantação da perspectiva da vigilância de gestão em todo o país. Os resultados da 1ª Edição da Mostra podem ser acessados abaixo, os da 2ª Mostra também. Ainda, é possível acessar os vídeos de apresentação das iniciativas da 3ª Mostra.

Acesse os resultados da 1ª Mostra:



Acesse os resultados da 2ª Mostra:



Acesse os vídeos da 3ª Mostra:



Boas Práticas das OSCs do SUAS: Catálogo de Práticas das Organizações da Sociedade Civil do Sistema Único de Assistência Social, publicação do Ministério da Cidadania que aponta bons exemplos de serviços do SUAS ofertados por organizações da sociedade civil, tanto na Proteção Social Básica como na Proteção Social Especial, de Média e Alta Complexidade. Disponível no QR code ao lado.

